

MDB pede apoio para Constituinte

A necessidade de o povo ter participação efetiva na elaboração da Constituição, a conveniência de desconcentrar o poder e a pacificação nacional foram apresentadas ontem pelos líderes e dirigentes nacionais do MDB como justificativas da pregação em favor da Constituinte, campanha lançada ontem oficialmente em São Paulo, em ato aberto ao público na Assembleia Legislativa. Com o recinto lotado por políticos, estudantes e populares, — cerca de 1.500 pessoas —, revezaram-se na tribuna o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães; os líderes no Senado, Franco Montoro, e na Câmara, Freitas Nobre; o líder estadual Robson Marinho e o prefeito de Piracicaba, João Hermann Neto, que falou em nome dos emedebistas do Interior. A sessão foi presidida por Natal Gale, também presidente da Assembleia e do Diretório Regional. Uma faixa com os dizeres "Abaixo a ditadura" foi causa de pequeno tumulto, quando um guarda presente no auditório pediu aos populares que a abajassem, recebendo forte vaia. A reunião descontentou também o senador Orestes Quercia que não foi incluído na relação dos oradores e se retirou, viajando em seguida para Brasília.

ULYSSES

Observando que a Constituição "que está aí apenas institucionaliza o arbítrio e o poder pessoal", Ulysses Guimarães disse que seu partido se decidiu pela campanha em favor da Constituinte por não temer o povo e por entender que "este deve ter participação efetiva na elaboração desse documento máximo". Definiu a Constituinte como "salvadora filha do tempo e da paz", sugerindo ao final do discurso que o símbolo da luta emedebista seja "a ciranda em que o rico estenda a mão ao pobre, o velho ao moço, o branco ao preto, e que tenhamos desenvolvimento com liberdade e justiça social".

Prestou homenagem "aos caídos pelo AI-5, mas vivos para a história", citando nominalmente Mário Covas, Martins Rodrigues e Alencar Furtado.

Freitas: povo é a única fonte legítima de Direito

O deputado Freitas Nobre, líder da bancada do MDB na Câmara Federal, apontou a Constituinte como "caminho para a conciliação nacional", aprovado por unanimidade pela Convenção Nacional do partido, e lembrou que "a tarefa de reconstitucionalização é de todos, e não apenas de alguns": "O Imperador pode ser fonte de Direito, o ditador também o pode e qualquer autoridade com poderes de arbítrio é fonte de Direito. Mas a única fonte legítima de Direito é o povo".

Comentando o modelo econômico, Freitas acentuou: "Queremos uma economia industrial, comercial, agrária, que nos permita trabalhar para o futuro do País e não para as multinacionais. O capital estrangeiro pode ser útil ao desenvolvimento do País, mas é preciso eliminar a ação do capital que só visa ao lucro, tornando-nos uma massa de empregados do exterior".

Depois de esclarecer que o atual Congresso não tem poderes constituintes, porque "há falta de delegação popular", o líder emedebista enumerou os aspectos que considera importante debater numa Constituinte: a queda do nível de ensino e sua comercialização crescente e o problema dos trabalhadores, que exemplificou com o documento de mais de uma centena de sindicatos gaúchos. Nesse sentido, mencionou a manipulação dos índices de custo de vida em 1973, para concluir citando um pronunciamento do presidente Castello Branco: "Uma Revolução vitoriosa somente se legitima se não ultrapassa o prazo que representa usúrpção, e se autentica através do voto".

O líder do MDB na Assembleia Legislativa de São Paulo, Robson Marinho, também lembrou que "não há força maior que o povo e o povo deseja a democracia, que há de ser alcançada dentro da ordem inspirada pelos ideais de justiça e liber-

Além do AI-5, "que se sobrepõe a Constituição", criticou o decreto-lei 477, dizendo que o estudante ao entrar na universidade "não pode perder sua condição de homem, que só existe com liberdade", e pediu anistia, "o perdão, o esquecimento, a união que fortalece uma pátria".

O presidente do MDB afirmou ainda que o partido pretende com a convocação de Assembleia Nacional Constituinte a reforma "de todo o edifício político e institucional do País", uma vez que a Carta atual, segundo ele, não pode ser emendada, "porque acima dela existe um ato que autoriza o presidente da República a cassar mandatos de parlamentares, a punir juízes", o que demonstra "que no País não temos democracia e que é preciso fazê-la".

MONTORO

Franco Montoro começou seu discurso dizendo que "o grande mal no Brasil é a concentração de todos os poderes nas mãos do governo federal e, particularmente, nas mãos do presidente da República". Criticou o sistema de arrecadação e distribuição de recursos, que, a seu ver, prejudica os municípios, e lembrou que os trabalhadores são marginalizados, "nada podendo fazer sem autorização do governo". Referiu-se à autonomia universitária, assegurando que ela é constantemente contrariada e desmoralizada, recordando o episódio da invasão da PUC pela polícia.

A censura, "que impede o livre desenvolvimento da arte, da poesia e da música", foi também repelida pelo líder emedebista no Senado, que, a partir daí, falou na campanha pela Constituinte. Trata-se, afirmou, de bandeira "que poderá tirar o povo da situação de marginalizado para participar das decisões sobre os destinos do País".

Citando frase "que infelicitou o povo da Alemanha" — "não penses, o chefe pensará por ti" —, Franco Montoro observou que "o povo brasileiro é diferente do alemão: o brasileiro quer pensar e sente-se no dever de debater os problemas brasileiros".

dade". Robson previu a possibilidade de se formar em breve uma federação de entidades oposicionistas, para se unir ao MDB e dividir com ele "a responsabilidade por este movimento cívico, aumentando sua penetração popular e, consequentemente, sua eficácia".

O deputado criticou duramente o diálogo pretendido pelo governo, enumerando as medidas que constituiriam, a seu ver, a única forma de o governo recuperar sua credibilidade: "desfazer-se do pacote de abril, restabelecer o habeas corpus, a liberdade de organização sindical e de organização partidária, respeitar a autonomia universitária, acabar com o decreto-lei 477 e reconhecer o legítimo direito de os estudantes se organizarem local, regional e nacionalmente". Além disso, segundo Robson, "o governo já demonstrou que não pretende dialogar, pois puniu, entre outros, Lyáneas Maciel, Marcelo Gato, Alencar Furtado, Marcos Klassmann, Glênio Perez e Nelson Fabiano; o MDB já sofreu bastante para acreditar em diálogo à maneira do lobo e do cordeiro". Robson Marinho concluiu seu pronunciamento afirmando que a campanha pró-Constituinte "só findará quando o atual sistema, curvando-se à vontade da Nação, der lugar a um novo regime eminentemente democrático".

No início da sessão, quando houve o tumulto por causa das faixas, observava-se com clareza o trabalho de filmar o auditório por parte de cinegrafistas estranhos à imprensa. Entre eles, porém, conhecia-se o correspondente em Buenos Aires da Televisión Alemana Ard, Rolf Pflücke, que está montando um programa especial sobre a atualidade política brasileira, para ser exibido em breve na Alemanha. Pflücke filmará também o presidente Giesel, amanhã, em Brasília, durante o simpósio da Arena.